

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E INCLUSÃO: CAMINHOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR

PUBLIC EDUCATION POLICIES AND INCLUSION: PATHWAYS TOWARD DEMOCRATIZING ACCESS TO AND RETENTION IN SCHOOL

Artigo recebido em: 16/1/2026

Artigo aceito em: 15/4/2026

Jefferson Felliipe Jahnke*

*Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba, Paraná, Brasil
jefefelliipe6@yahoo.com.br

Débora Alice Aguiar Carvalho da Silva Gomes**

**Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7411-1584>
debinhalice1@gmail.com

Nilton Cezar Rodrigues Menezes***

***Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil
niltonmenezes@unipampa.edu.br

Jeferson Moraes da Costa****

****Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Palmas, Tocantins, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7605-3174>
jeferson.mc@unitins.br

Benedito Wagner Vieira*****

*****Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Universidade Evangélica de Goiás (UNIEVANGÉLICA), Anápolis, Goiás, Brasil
bwagnerv@gmail.com

Edilene Marques dos Santos*****

*****Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Universidade Evangélica de Goiás (UNIEVANGÉLICA), Anápolis, Goiás, Brasil
edilene.mrqs@gmail.com

Regiane Caetano de Araújo*****

*****Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil
regiane.caetanoaraujo@hotmail.com

Elielton Augusto Rocha*****

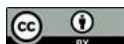
*****Christian Business School (CBS), Paris, França
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-1957-0008>
elielton.consultoria@gmail.com

Maria Rosa da Luz Lopes da Conceição*****

*****Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, São Paulo, Brasil
rosalopes23@gmail.com

Francisco Evilasio de Sousa*****

*****Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil
fcosousa@gmail.com



Marla Patricia do Bomfim Silva*****

*****Universidade de Pernambuco (UPE), Petrolina, Pernambuco, Brasil
marla.patricia@upe.br

Darlan da Cruz Souza*****

*****Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
dacruzsouza@id.uff.br

Franklin Carter Lopes de Freitas*****

*****Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil
franklincarter33@gmail.com

Wolney Gomes Almeida*****

*****Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil
wgalmeida@uesc.br

Lucas Alves de Oliveira Lima*****

*****Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Três Rios, Rio de Janeiro, Brasil
luksapp99@gmail.com

Jonathan Ferreira Gomes*****

*****Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Sobral, Ceará, Brasil
jonathan.gomes@prof.ce.gov.br

The authors declare that there is no conflict of interest

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as políticas públicas educacionais voltadas à inclusão escolar, com ênfase na democratização do acesso e da permanência no sistema educacional brasileiro. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida segundo a estratégia PICO (Population, Intervention, Comparison, Outcome) e orientada pelas diretrizes do protocolo PRISMA, assegurando rigor metodológico na identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, Scopus, DOAJ e Google Acadêmico, utilizando descritores controlados e não controlados relacionados a “políticas públicas educacionais”, “inclusão escolar”, “democratização da educação”, “acesso escolar” e “permanência escolar”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2024, em língua portuguesa, de origem brasileira, disponíveis em texto completo e de acesso gratuito. A amostra final foi composta por $n = 5$ estudos. Os resultados foram sistematizados por análise temática, evidenciando a predominância das dimensões “inclusão escolar e democratização do acesso” ($n = 5$; $i = 1,0$) e “equidade social e diversidade” ($n = 5$; $i = 1,0$), seguidas por “permanência escolar e evasão” ($n = 4$; $i = 0,8$), “formação docente para inclusão” ($n = 4$; $i = 0,8$),

Abstract

The objective of this study was to analyze public education policies aimed at school inclusion, with an emphasis on democratizing access to and retention in the Brazilian education system. This is an integrative literature review, conducted according to the PICO (Population, Intervention, Comparison, Outcome) strategy and guided by the PRISMA protocol guidelines, ensuring methodological rigor in the identification, screening, eligibility, and inclusion of studies. Searches were conducted in the SciELO, Scopus, DOAJ, and Google Scholar databases, using controlled and uncontrolled keywords related to “public education policies,” “school inclusion,” “democratization of education,” “school access,” and “school retention,” combined using the Boolean operators AND and OR. Articles published between 2020 and 2024, in Portuguese, of Brazilian origin, available in full text, and with free access were included. The final sample consisted of $n = 5$ studies. The results were systematized through thematic analysis, highlighting the predominance of the dimensions “school inclusion and democratization of access” ($n = 5$; $i = 1.0$) and “social equity and diversity” ($n = 5$; $i = 1.0$), followed by “school retention and dropout” ($n = 4$; $i = 0.8$), “teacher training for inclusion” ($n = 4$; $i = 0.8$), “socioeconomic inequalities” ($n = 4$; $i = 0.8$),

“desigualdades socioeconômicas” (n = 4; i = 0,8), “infraestrutura e acessibilidade escolar” (n = 3; i = 0,6) e “gestão escolar e participação social” (n = 3; i = 0,6). Conclui-se que, embora haja convergência teórica entre os estudos quanto à centralidade da inclusão nas políticas educacionais, persistem desafios estruturais e institucionais relevantes, especialmente no que se refere à efetivação da permanência escolar, à superação das desigualdades sociais, à qualificação docente e à melhoria das condições de infraestrutura, o que reforça a necessidade de fortalecimento e continuidade das políticas públicas educacionais inclusivas.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação, Inclusão, Permanência Escolar.

“school infrastructure and accessibility” (n = 3; i = 0.6), and “school management and social participation” (n = 3; i = 0.6). It is concluded that, although there is theoretical convergence among the studies regarding the centrality of inclusion in educational policies, significant structural and institutional challenges persist, especially with regard to ensuring school retention, overcoming social inequalities, teacher qualification, and improving infrastructure conditions, which reinforces the need to strengthen and maintain inclusive public education policies.

Keywords: Public Policies. Education. Inclusion. School Retention.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a temática das políticas públicas educacionais e inclusão, enfatizando os caminhos necessários para a democratização do acesso e da permanência escolar no contexto brasileiro. A educação brasileira foi marcada por profundas desigualdades sociais e pela exclusão de diversos grupos da sociedade. Durante longos períodos, o acesso à escola esteve restrito às classes sociais mais favorecidas, enquanto populações em situação de vulnerabilidade, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e grupos minoritários encontravam inúmeras barreiras para ingressar e permanecer no sistema educacional. No período colonial e imperial, a educação possuía caráter elitista e excludente, voltando-se prioritariamente à formação das classes dominantes. Tal realidade contribuiu para a consolidação de disparidades educacionais que se perpetuaram ao longo das décadas e influenciaram a organização do sistema de ensino brasileiro (Almeida; Meneses; Zerbini, 2013).

Com o avanço das discussões sobre direitos humanos e justiça social, especialmente a partir do século XX, surgiram importantes movimentos em defesa da democratização da educação e da inclusão escolar. A Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo nesse processo ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado. Posteriormente, legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e políticas voltadas à educação inclusiva fortaleceram o compromisso com a universalização do ensino e com a garantia de condições adequadas para a permanência escolar. Nesse contexto, programas

governamentais, ações afirmativas e estratégias pedagógicas passaram a ser desenvolvidos com o objetivo de reduzir desigualdades e ampliar as oportunidades educacionais (Cornelio; Vasconcelos; Goulart, 2016).

As políticas públicas educacionais voltadas à inclusão desempenham papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio delas, busca-se assegurar não apenas o acesso dos estudantes às instituições de ensino, mas também a criação de condições adequadas para que permaneçam e desenvolvam plenamente suas potencialidades. Nesse sentido, a inclusão escolar ultrapassa a simples matrícula dos alunos, envolvendo aspectos relacionados à acessibilidade, adaptação curricular, formação de professores, valorização da diversidade e promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Tais elementos são indispensáveis para garantir que a escola se torne um espaço de acolhimento, participação e desenvolvimento para todos os sujeitos (Amaral *et al.*, 2020).

Além disso, é importante destacar que a democratização da educação está diretamente relacionada à implementação de políticas capazes de enfrentar desigualdades históricas e sociais. A ausência de investimentos adequados, as dificuldades estruturais das escolas públicas, a evasão escolar e as limitações no atendimento às necessidades específicas dos estudantes ainda representam obstáculos significativos para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Dessa maneira, as políticas públicas precisam ser constantemente avaliadas e aperfeiçoadas, considerando as demandas sociais emergentes e as transformações que ocorrem no contexto educacional contemporâneo. A inclusão escolar exige ações integradas entre governo, instituições de ensino, profissionais da educação e sociedade civil (Barroso *et al.*, 2022).

Entretanto, apesar dos avanços observados nas últimas décadas, ainda existem inúmeros desafios relacionados à efetivação das políticas públicas educacionais inclusivas no Brasil. Muitas instituições de ensino enfrentam dificuldades para garantir infraestrutura adequada, recursos pedagógicos acessíveis e formação continuada aos profissionais da educação. Além disso, persistem situações de preconceito, exclusão e desigualdade que comprometem o processo de aprendizagem e permanência escolar de diversos estudantes. Diante dessa realidade, torna-se necessário refletir sobre os limites e as possibilidades das políticas públicas na promoção da inclusão e da democratização do ensino (Branco; Conte; Habowski, 2020).

Diante desse contexto, surge a seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira as políticas públicas educacionais contribuem para a inclusão e para a democratização do acesso e permanência escolar no Brasil? Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as políticas públicas educacionais voltadas à inclusão, identificando seus avanços, desafios e contribuições para a promoção do acesso igualitário, da permanência escolar e da democratização da educação no contexto brasileiro.

A relevância desta pesquisa está relacionada à necessidade de ampliar as discussões sobre inclusão educacional e políticas públicas, considerando a importância da educação como instrumento de transformação social. O estudo contribui para a reflexão acerca das estratégias necessárias para garantir uma educação mais democrática, acessível e igualitária, favorecendo o desenvolvimento de práticas e ações que promovam a inclusão de todos os estudantes no ambiente escolar. Além disso, a pesquisa pode auxiliar profissionais da educação, gestores e formuladores de políticas públicas na compreensão dos desafios existentes e na construção de medidas mais eficazes para assegurar o direito à educação de qualidade para toda a população.

2 MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita reunir, analisar e sintetizar conhecimentos científicos produzidos sobre determinada temática, contribuindo para uma compreensão ampla e aprofundada do objeto investigado. Esse tipo de revisão permite integrar diferentes abordagens metodológicas, favorecendo a identificação de avanços, lacunas e desafios presentes na produção científica relacionada às políticas públicas educacionais e à inclusão escolar. Além disso, a revisão integrativa possibilita a sistematização das evidências disponíveis, promovendo uma análise crítica acerca das contribuições das políticas públicas para a democratização do acesso e da permanência escolar no contexto brasileiro.

Para a organização da pesquisa, utilizou-se a estratégia PICO, ferramenta amplamente aplicada na formulação de questões norteadoras em estudos científicos. Nesse contexto, o “P” correspondeu à população ou problema investigado, representado pelas políticas públicas educacionais e os processos de inclusão escolar; o “I” relacionou-se às intervenções voltadas à democratização do acesso e permanência escolar; o “C” referiu-se à comparação entre os desafios e avanços observados na implementação dessas

políticas; e o “O” correspondeu aos resultados esperados, relacionados à promoção da inclusão, equidade e garantia do direito à educação. A utilização da estratégia PICO contribuiu para a delimitação do tema e para a definição dos critérios utilizados durante a busca e seleção dos estudos.

A condução da pesquisa seguiu as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), instrumento utilizado para garantir maior rigor metodológico e transparência no processo de revisão. Inicialmente, realizou-se a identificação dos estudos por meio das bases de dados selecionadas, seguida pela exclusão de trabalhos duplicados. Posteriormente, os artigos passaram por uma etapa de triagem, na qual foram analisados os títulos e resumos para verificar a relação com a temática proposta. Em seguida, procedeu-se à leitura completa dos estudos potencialmente elegíveis, considerando os critérios de inclusão estabelecidos. Por fim, os artigos selecionados compuseram a amostra final da pesquisa, permitindo a realização da análise e síntese das evidências científicas encontradas.

As buscas científicas foram realizadas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus, Directory of Open Access Journals (DOAJ) e Google Acadêmico. A escolha dessas plataformas ocorreu devido à relevância e abrangência de suas publicações científicas, possibilitando o acesso a estudos nacionais e internacionais relacionados às políticas públicas educacionais, inclusão escolar e democratização da educação. Além disso, tais bases permitiram identificar pesquisas atualizadas e alinhadas aos objetivos propostos pelo estudo, favorecendo uma análise mais consistente da temática investigada.

Para a realização das buscas, foram utilizadas palavras-chave relacionadas ao tema da pesquisa, associadas aos operadores booleanos “AND” e “OR”, com o objetivo de ampliar e refinar os resultados encontrados. Entre os descritores utilizados destacaram-se: “políticas públicas educacionais”, “inclusão escolar”, “democratização da educação”, “acesso escolar”, “permanência escolar” e “educação inclusiva”. Os operadores booleanos foram empregados para combinar os termos e localizar estudos que apresentassem maior relação com os objetivos da pesquisa, contribuindo para a obtenção de resultados mais específicos e relevantes.

Os critérios de inclusão adotados contemplaram artigos publicados em português, desenvolvidos no contexto brasileiro, disponíveis gratuitamente, em formato completo e publicados no período entre 2020 e 2024. Foram incluídos estudos que abordassem

diretamente as políticas públicas educacionais e os processos de inclusão e democratização do ensino. Em contrapartida, foram excluídos trabalhos duplicados, artigos incompletos, estudos que não apresentavam relação direta com a temática proposta e publicações fora do recorte temporal estabelecido. Esses critérios contribuíram para assegurar maior qualidade, atualidade e pertinência científica aos estudos selecionados para a composição da pesquisa.

Tabela 1. Procedimentos metodológicos adotados

Etapa metodológica	Procedimentos realizados	Estratégias operacionais	Finalidade científica
Definição do delineamento metodológico	Estruturação da pesquisa como revisão integrativa da literatura	Seleção do método integrativo para síntese e análise crítica das evidências científicas	Possibilitar compreensão ampla sobre políticas públicas educacionais e inclusão escolar
Formulação da questão norteadora	Aplicação da estratégia PICO	P: Políticas públicas educacionais e inclusão escolar; I: democratização do acesso e permanência; C: avanços e desafios; O: promoção da inclusão educacional	Delimitar o problema investigativo e orientar as buscas científicas
Estruturação do protocolo de revisão	Organização das etapas metodológicas conforme diretrizes PRISMA	Identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos científicos	Garantir rigor metodológico, transparência e reprodutibilidade da pesquisa
Identificação dos estudos científicos	Levantamento bibliográfico em bases indexadas	Busca realizada nas bases SciELO, Scopus, DOAJ e Google Acadêmico	Localizar produções científicas relevantes e atualizadas
Construção da estratégia de busca	Definição dos descritores e operadores booleanos	Utilização dos termos: “políticas públicas educacionais”, “inclusão escolar”, “democratização da educação”, “acesso escolar” e “permanência escolar”, associados aos operadores “AND” e “OR”	Refinar e ampliar os resultados encontrados
Aplicação dos filtros metodológicos	Delimitação temporal, linguística e documental	Inclusão de artigos publicados entre 2020 e 2024, em português, brasileiros, gratuitos e disponíveis na íntegra	Assegurar atualidade, acessibilidade e pertinência científica
Triagem inicial dos estudos	Leitura de títulos e resumos	Exclusão de estudos duplicados e não relacionados à temática	Selecionar estudos potencialmente elegíveis

Avaliação da elegibilidade	Leitura integral dos artigos selecionados	Verificação da compatibilidade com os objetivos e critérios estabelecidos	Garantir coerência metodológica e temática
Composição da amostra final	Inclusão dos artigos aptos para análise	Organização sistemática dos estudos selecionados	Estruturar o corpus científico da pesquisa
Análise e síntese das evidências	Interpretação crítica dos resultados encontrados	Comparação das evidências científicas e categorização temática	Produzir discussões analíticas sobre inclusão e democratização educacional

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A tabela 2 evidencia os resultados obtidos na pesquisa.

Tabela 2. Síntese dos principais achados

Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
Matos e Menezes (2021)	Analisar produções acadêmicas sobre políticas públicas de inclusão escolar no Brasil no período de 2015 a 2019.	Revisão literária com análise de publicações em bases científicas, utilizando critérios de inclusão e exclusão.	Os autores identificaram crescimento das pesquisas sobre inclusão escolar e destacaram que as políticas públicas avançaram na garantia do acesso à educação, embora ainda persistam desafios relacionados à efetivação da inclusão nas escolas brasileiras.
Nepomoceno (2020)	Descrever a evolução das políticas públicas de inclusão escolar no Brasil e discutir seus dilemas teóricos.	Pesquisa descritiva, documental e bibliográfica baseada em referenciais teóricos e dispositivos legais.	O estudo demonstrou que as políticas inclusivas foram construídas historicamente em resposta às demandas sociais, mas ainda apresentam tensões relacionadas à estrutura escolar, formação docente e garantia de equidade educacional.
Maciel e Cardoso (2023)	Discutir os sentidos da inclusão a partir das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência na educação brasileira entre 1989 e 2021.	Revisão sistemática da literatura associada ao levantamento de dados secundários.	Os resultados evidenciaram avanços na garantia do acesso educacional e na organização pedagógica inclusiva, mas também apontaram retrocessos decorrentes de agendas políticas conservadoras e limitações estruturais.
Silva, Steffens e Pereira (2022)	Compreender como as políticas públicas educacionais permeiam as práticas pedagógicas da Educação Infantil na	Pesquisa qualitativa fundamentada na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).	As autoras concluíram que as políticas públicas influenciam diretamente as práticas pedagógicas inclusivas, porém identificaram dificuldades

	perspectiva da inclusão escolar.		relacionadas à formação docente e à adaptação curricular.
Agapito e Santos (2022)	Analisar os desafios para a efetivação das políticas públicas de inclusão escolar em escolas públicas.	Estudo de caso com abordagem qualitativa, utilizando observações e entrevistas semiestruturadas.	Os autores identificaram limitações na infraestrutura escolar, ausência de formação adequada para professores e dificuldades na implementação de ações inclusivas efetivas no ambiente escolar.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

As políticas públicas educacionais voltadas à inclusão escolar têm sido amplamente discutidas na produção científica contemporânea devido à necessidade de enfrentamento das desigualdades históricas presentes no sistema educacional brasileiro. Os autores analisados evidenciam que a democratização da educação ultrapassa a garantia formal do acesso às instituições de ensino, envolvendo também a criação de condições efetivas para permanência, participação e desenvolvimento dos estudantes. Nesse contexto, as políticas inclusivas assumem relevância estratégica ao promover mecanismos voltados à equidade educacional e à valorização da diversidade no ambiente escolar.

Ao analisar a evolução histórica das políticas públicas de inclusão escolar, Nepomoceno (2020) destaca que o Brasil percorreu um longo processo de transformação normativa até consolidar a educação como direito social universal. Segundo a autora, a Constituição Federal de 1988 representou um marco decisivo na ampliação dos direitos educacionais, sobretudo ao reconhecer a obrigação estatal de garantir acesso igualitário à educação. Ainda assim, a pesquisadora ressalta que a efetivação dessas garantias permanece condicionada a fatores estruturais, econômicos e políticos que influenciam diretamente a organização do sistema de ensino.

Sob essa perspectiva, Matos e Menezes (2021) argumentam que as políticas públicas inclusivas passaram a ganhar maior destaque nas produções acadêmicas em razão do crescimento das demandas sociais relacionadas ao combate à exclusão educacional. Os autores observam que houve ampliação significativa das discussões sobre acessibilidade, formação docente e adaptação curricular, especialmente após a implementação de legislações específicas voltadas à inclusão. Entretanto, os pesquisadores apontam que muitos avanços ainda permanecem concentrados no plano legal, sem alcançar plenamente a realidade cotidiana das escolas públicas brasileiras.

No que se refere à democratização do acesso escolar, Maciel e Cardoso (2023) ressaltam que as políticas públicas educacionais contribuíram significativamente para ampliar a presença de grupos historicamente marginalizados nos espaços educacionais. Segundo os autores, pessoas com deficiência, estudantes em situação de vulnerabilidade social e minorias étnico-raciais passaram a ocupar com maior intensidade os ambientes escolares e universitários nas últimas décadas. Contudo, os pesquisadores afirmam que a simples inserção desses sujeitos no sistema educacional não garante, por si só, inclusão efetiva e aprendizagem significativa.

De maneira complementar, Silva, Steffens e Pereira (2022) enfatizam que a inclusão escolar exige mudanças profundas nas práticas pedagógicas e na organização curricular das instituições de ensino. As autoras defendem que o processo educativo precisa considerar as singularidades dos estudantes, promovendo metodologias flexíveis e estratégias capazes de atender diferentes necessidades de aprendizagem. Nesse sentido, a prática pedagógica inclusiva deve ser compreendida como instrumento essencial para a consolidação de uma educação democrática e socialmente comprometida.

Além disso, Agapito e Santos (2022) observam que um dos principais obstáculos à efetivação das políticas inclusivas está relacionado às limitações estruturais das escolas públicas. Os autores identificaram problemas associados à ausência de recursos pedagógicos adaptados, precariedade da infraestrutura e insuficiência de investimentos governamentais. Tais fatores dificultam o desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas e comprometem diretamente a qualidade do atendimento ofertado aos estudantes.

Em consonância com essas discussões, os estudos analisados demonstram que a inclusão escolar deve ser entendida como um processo multidimensional, que envolve aspectos pedagógicos, sociais, culturais e institucionais. Os pesquisadores ressaltam que não basta garantir matrícula aos estudantes, sendo necessário assegurar condições adequadas para permanência e aprendizagem. Dessa maneira, as políticas públicas precisam atuar de forma integrada para enfrentar desigualdades históricas e promover maior justiça social no campo educacional.

Por outro lado, as pesquisas evidenciam que a desigualdade socioeconômica continua sendo um dos principais fatores responsáveis pela exclusão educacional no Brasil. Segundo os autores, estudantes provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade frequentemente enfrentam dificuldades relacionadas ao transporte,

alimentação, acesso à tecnologia e disponibilidade de materiais escolares. Essas limitações impactam diretamente o desempenho acadêmico e contribuem para índices elevados de evasão e abandono escolar.

Nesse contexto, Matos e Menezes (2021) ressaltam que políticas de assistência estudantil desempenham papel fundamental na garantia da permanência escolar. Os autores destacam que programas de alimentação escolar, bolsas de permanência e transporte gratuito contribuem significativamente para reduzir desigualdades educacionais. Ainda assim, observam que a descontinuidade dessas políticas e a insuficiência de recursos comprometem a efetividade das ações implementadas.

Outro aspecto relevante identificado nas produções científicas refere-se à formação dos profissionais da educação para atuação em contextos inclusivos. Silva, Steffens e Pereira (2022) argumentam que muitos docentes ainda não recebem preparo adequado para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. As autoras destacam que a ausência de formação específica dificulta o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas e limita a capacidade de atendimento às necessidades individuais dos estudantes.

Sob essa ótica, Nepomoceno (2020) enfatiza que a formação continuada dos professores constitui elemento indispensável para o fortalecimento das políticas públicas inclusivas. Segundo a pesquisadora, a capacitação profissional favorece a construção de práticas pedagógicas mais democráticas e possibilita maior segurança aos docentes no enfrentamento dos desafios cotidianos da inclusão escolar. Além disso, contribui para ampliar a compreensão acerca da diversidade e dos direitos educacionais.

De forma semelhante, Maciel e Cardoso (2023) observam que a valorização docente está diretamente relacionada à qualidade da educação inclusiva. Os autores argumentam que condições adequadas de trabalho, remuneração digna e acesso à formação continuada influenciam significativamente o desempenho profissional dos educadores. Dessa maneira, defendem que políticas públicas voltadas à valorização dos profissionais da educação são essenciais para consolidar práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras.

Em continuidade às discussões apresentadas pelos autores analisados, observa-se que a gestão escolar ocupa papel estratégico na implementação das políticas públicas voltadas à inclusão educacional. Agapito e Santos (2022) ressaltam que instituições de ensino conduzidas por modelos democráticos e participativos tendem a apresentar maior

capacidade de acolhimento às diversidades presentes no ambiente escolar. Segundo os pesquisadores, a atuação dos gestores influencia diretamente a construção de práticas pedagógicas inclusivas, a articulação entre os profissionais da educação e o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade.

Nessa perspectiva, Silva, Steffens e Pereira (2022) afirmam que a gestão escolar precisa assumir compromisso efetivo com a inclusão, promovendo ações capazes de integrar professores, estudantes e famílias no processo educativo. As autoras destacam que a liderança pedagógica deve estimular práticas colaborativas, incentivar a formação continuada e garantir espaços de diálogo voltados à resolução das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. Tal postura contribui para a construção de ambientes mais acessíveis, acolhedores e socialmente democráticos.

Ao abordar os desafios estruturais das instituições de ensino, os estudos analisados revelam que muitas escolas públicas brasileiras ainda não possuem condições adequadas para atender plenamente às demandas da inclusão escolar. Maciel e Cardoso (2023) observam que a ausência de acessibilidade arquitetônica, materiais adaptados e tecnologias assistivas limita significativamente a participação de estudantes com deficiência no ambiente educacional. Para os autores, a precariedade estrutural representa importante obstáculo à efetivação do direito à educação inclusiva.

Paralelamente, Nepomoceno (2020) argumenta que as limitações físicas e organizacionais das escolas demonstram a distância existente entre os dispositivos legais e a realidade prática das instituições educacionais. Embora o Brasil possua legislação avançada no campo da inclusão, a autora ressalta que a implementação dessas garantias ainda ocorre de maneira desigual entre diferentes regiões do país. Tal situação evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e ampliação dos investimentos destinados à educação básica.

Outro elemento amplamente discutido pelos pesquisadores refere-se ao papel da família no processo de inclusão escolar. Matos e Menezes (2021) destacam que a participação familiar favorece o desenvolvimento acadêmico, emocional e social dos estudantes, contribuindo para fortalecer vínculos entre escola e comunidade. Segundo os autores, famílias que acompanham mais de perto a trajetória educacional dos filhos tendem a colaborar de maneira mais efetiva para o processo de aprendizagem e permanência escolar.

Entretanto, Agapito e Santos (2022) observam que fatores socioeconômicos frequentemente dificultam a participação ativa das famílias no ambiente escolar. Os pesquisadores identificam que longas jornadas de trabalho, vulnerabilidade social e ausência de políticas de apoio às famílias comprometem a aproximação entre responsáveis e instituições de ensino. Nesse sentido, os autores defendem a necessidade de ações institucionais que promovam maior integração entre escola e comunidade.

De maneira complementar, os estudos evidenciam que práticas pedagógicas inclusivas desempenham papel fundamental na democratização da educação. Silva, Steffens e Pereira (2022) ressaltam que metodologias ativas, colaborativas e interdisciplinares favorecem maior participação dos estudantes nas atividades escolares. As autoras argumentam que essas estratégias contribuem para superar modelos tradicionais de ensino marcados pela padronização e pela exclusão de sujeitos que apresentam diferentes ritmos e formas de aprendizagem.

Além disso, Maciel e Cardoso (2023) defendem que a inclusão escolar exige transformação das concepções pedagógicas presentes no ambiente educacional. Segundo os autores, práticas educativas centradas exclusivamente na homogeneização dos estudantes tendem a reforçar processos de exclusão e desigualdade. Dessa forma, a construção de uma escola inclusiva requer valorização das diferenças e reconhecimento das múltiplas identidades presentes na sociedade contemporânea.

No âmbito das tecnologias educacionais, os pesquisadores analisados apontam que os recursos digitais podem contribuir significativamente para a promoção da inclusão escolar. Nepomoceno (2020) destaca que ferramentas tecnológicas favorecem o acesso ao conhecimento, ampliam possibilidades pedagógicas e promovem maior autonomia aos estudantes. A autora enfatiza que tecnologias assistivas, plataformas digitais e recursos multimídia representam importantes instrumentos de democratização do ensino.

Todavia, Matos e Menezes (2021) alertam que a exclusão digital ainda constitui desafio relevante para a efetivação das políticas públicas educacionais. Os autores observam que estudantes em situação de vulnerabilidade social frequentemente apresentam dificuldades de acesso à internet, equipamentos tecnológicos e ambientes adequados de estudo. Tal realidade tornou-se ainda mais evidente durante o período da pandemia da COVID-19, quando milhares de estudantes enfrentaram limitações para acompanhar as atividades remotas.

Sob essa ótica, Agapito e Santos (2022) ressaltam que a pandemia intensificou desigualdades históricas já presentes no sistema educacional brasileiro. Os pesquisadores apontam que as dificuldades relacionadas à conectividade, infraestrutura tecnológica e preparo docente evidenciaram fragilidades estruturais das políticas públicas educacionais. Além disso, destacam que muitos estudantes acabaram afastando-se das atividades escolares em decorrência das limitações impostas pelo ensino remoto emergencial.

Em consonância com essas análises, os autores ressaltam que a inclusão educacional deve considerar as especificidades culturais e sociais dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. Maciel e Cardoso (2023) defendem que políticas públicas inclusivas precisam reconhecer a diversidade étnica, cultural e regional presente no país, valorizando comunidades indígenas, quilombolas, populações rurais e demais grupos historicamente marginalizados. Segundo os pesquisadores, a democratização da educação exige respeito às identidades culturais e promoção da equidade social.

Por sua vez, Silva, Steffens e Pereira (2022) enfatizam que o ambiente escolar precisa atuar como espaço de valorização da diversidade e enfrentamento das desigualdades sociais. As autoras argumentam que práticas pedagógicas inclusivas devem estimular o respeito às diferenças e combater atitudes discriminatórias relacionadas à raça, gênero, deficiência e condição social. Dessa forma, a escola assume importante função social na formação cidadã e na construção de uma cultura democrática.

Outro aspecto recorrente nas produções científicas refere-se à necessidade de ampliação dos investimentos públicos em educação. Nepomoceno (2020) argumenta que a insuficiência de recursos financeiros compromete a implementação das políticas inclusivas e dificulta melhorias estruturais nas instituições de ensino. A autora destaca que a democratização da educação depende diretamente do fortalecimento do financiamento público e da priorização das demandas educacionais nas agendas governamentais.

Complementando essa discussão, Matos e Menezes (2021) afirmam que a efetividade das políticas públicas educacionais está relacionada à continuidade das ações governamentais e ao planejamento estratégico de longo prazo. Segundo os autores, mudanças frequentes nas administrações públicas e descontinuidade de programas educacionais prejudicam a consolidação de avanços mais consistentes na área da inclusão escolar. Nesse sentido, os pesquisadores defendem políticas permanentes, articuladas e socialmente comprometidas com a garantia do direito à educação.

Dando continuidade às análises desenvolvidas pelos autores investigados, percebe-se que a evasão escolar permanece como um dos principais desafios para a consolidação da democratização educacional no Brasil. Agapito e Santos (2022) destacam que o abandono escolar está associado a múltiplos fatores sociais, econômicos e institucionais, envolvendo desde dificuldades financeiras até problemas relacionados à estrutura das escolas e à ausência de acompanhamento pedagógico adequado. Segundo os pesquisadores, estudantes em situação de vulnerabilidade social apresentam maior propensão à interrupção da trajetória escolar, especialmente em contextos marcados pela desigualdade social.

Nesse cenário, Matos e Menezes (2021) enfatizam que a permanência escolar exige políticas públicas que ultrapassem medidas pontuais e assistencialistas. Os autores defendem a implementação de ações integradas capazes de oferecer suporte pedagógico, psicológico e social aos estudantes, promovendo condições efetivas para continuidade dos estudos. Além disso, ressaltam que o fortalecimento da permanência escolar depende diretamente da articulação entre escola, família e políticas sociais complementares.

Ao discutir estratégias de enfrentamento da evasão, Silva, Steffens e Pereira (2022) argumentam que práticas pedagógicas acolhedoras e humanizadas favorecem maior aproximação dos estudantes com o ambiente escolar. As autoras observam que relações baseadas no diálogo, na escuta ativa e na valorização das singularidades contribuem significativamente para o fortalecimento do vínculo entre estudante e escola. Dessa forma, a inclusão educacional não se restringe às adaptações curriculares, envolvendo também aspectos emocionais, sociais e relacionais.

De maneira semelhante, Nepomoceno (2020) destaca que a construção de uma educação inclusiva exige superação de modelos educacionais excludentes historicamente consolidados no sistema brasileiro. A autora afirma que práticas escolares fundamentadas na padronização do ensino tendem a desconsiderar as diferentes formas de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Nesse sentido, a democratização da educação requer transformação das concepções pedagógicas tradicionais e valorização das múltiplas identidades presentes no espaço escolar.

Outro ponto amplamente discutido nas produções científicas refere-se à importância da educação infantil como etapa fundamental para a promoção da inclusão social e educacional. Maciel e Cardoso (2023) ressaltam que o acesso à educação infantil de qualidade favorece o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças,

contribuindo para redução das desigualdades ao longo da trajetória escolar. Segundo os autores, políticas públicas voltadas à primeira infância representam importantes instrumentos de democratização educacional.

Paralelamente, os estudos demonstram que a inclusão escolar depende da atuação intersetorial entre diferentes políticas públicas. Agapito e Santos (2022) argumentam que educação, saúde e assistência social precisam atuar de maneira articulada para atender às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Os pesquisadores ressaltam que muitas dificuldades enfrentadas no contexto escolar possuem origem em problemas sociais mais amplos, exigindo respostas integradas por parte do poder público.

Em consonância com essa perspectiva, Silva, Steffens e Pereira (2022) afirmam que a intersetorialidade fortalece a construção de práticas educacionais mais abrangentes e humanizadas. As autoras observam que o acompanhamento multiprofissional pode contribuir para identificar necessidades específicas dos estudantes e desenvolver estratégias mais eficazes de inclusão. Tal articulação institucional favorece maior proteção social e amplia as possibilidades de permanência escolar.

Sob outro enfoque, Nepomoceno (2020) destaca que o preconceito e a discriminação ainda permanecem presentes em diversos ambientes escolares brasileiros. A autora argumenta que estudantes negros, pessoas com deficiência, populações indígenas e grupos socialmente marginalizados frequentemente enfrentam situações de exclusão simbólica e violência institucional. Essas práticas discriminatórias comprometem o desenvolvimento acadêmico e emocional dos estudantes, além de reforçarem desigualdades historicamente construídas.

Diante dessa realidade, Maciel e Cardoso (2023) defendem o fortalecimento de políticas educacionais voltadas ao respeito à diversidade e à promoção dos direitos humanos. Segundo os autores, a escola precisa assumir compromisso ativo no enfrentamento das desigualdades raciais, sociais e culturais, desenvolvendo práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade e promovam relações mais democráticas. Nesse contexto, a educação inclusiva passa a ser compreendida como instrumento de transformação social.

Além disso, Matos e Menezes (2021) observam que as políticas afirmativas desempenham papel relevante na ampliação do acesso à educação superior. Os autores destacam que programas de cotas raciais e sociais contribuíram significativamente para inclusão de grupos historicamente excluídos das universidades brasileiras. Entretanto,

ressaltam que a permanência desses estudantes no ensino superior ainda exige investimentos relacionados à assistência estudantil e ao acompanhamento acadêmico.

No âmbito das práticas avaliativas, Silva, Steffens e Pereira (2022) argumentam que os sistemas de avaliação educacional precisam considerar as especificidades dos estudantes e respeitar diferentes trajetórias de aprendizagem. As autoras criticam modelos avaliativos excessivamente padronizados, afirmando que tais práticas tendem a reproduzir processos de exclusão e desvalorização das diferenças. Dessa maneira, defendem avaliações mais inclusivas, qualitativas e contextualizadas.

Adicionalmente, Agapito e Santos (2022) ressaltam que o trabalho colaborativo entre professores favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Os autores observam que a troca de experiências e a construção coletiva de estratégias educacionais fortalecem o processo de ensino-aprendizagem e ampliam as possibilidades de atendimento às necessidades dos estudantes. Tal cooperação contribui para criação de ambientes escolares mais democráticos e participativos.

No que se refere às escolas localizadas em regiões periféricas, os estudos analisados demonstram que esses espaços enfrentam desafios ainda mais complexos. Nepomoceno (2020) aponta que instituições situadas em contextos de vulnerabilidade social frequentemente convivem com problemas relacionados à violência, precariedade estrutural e insuficiência de recursos pedagógicos. Essas dificuldades impactam diretamente a qualidade da educação ofertada e limitam as possibilidades de inclusão efetiva.

Por sua vez, Maciel e Cardoso (2023) destacam que a efetivação das políticas públicas inclusivas depende da continuidade das ações governamentais e do comprometimento político com a educação. Os autores afirmam que mudanças frequentes nas prioridades administrativas comprometem a consolidação de programas educacionais e dificultam avanços mais consistentes na área da inclusão escolar. Assim, defendem políticas públicas permanentes e planejamentos de longo prazo.

De forma complementar, Matos e Menezes (2021) ressaltam que a participação da sociedade civil constitui elemento fundamental para o fortalecimento da educação inclusiva. Os autores observam que movimentos sociais, organizações não governamentais e conselhos educacionais desempenham papel importante na fiscalização das políticas públicas e na defesa do direito à educação de qualidade. Tal participação social contribui para ampliar o controle democrático sobre as ações governamentais.

Outro aspecto relevante identificado nas pesquisas refere-se à necessidade de fortalecimento da educação antirracista nas instituições de ensino. Silva, Steffens e Pereira (2022) argumentam que práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da cultura afro-brasileira e indígena contribuem para enfrentamento das desigualdades raciais presentes na sociedade. As autoras defendem que a escola deve promover reflexões críticas sobre preconceito, discriminação e exclusão social.

Por fim, os estudos analisados permitem compreender que as políticas públicas educacionais inclusivas representam instrumentos indispensáveis para promoção da justiça social e garantia do direito à educação. Embora os autores reconheçam avanços significativos nas últimas décadas, também evidenciam a permanência de desafios estruturais, pedagógicos e institucionais que limitam a efetivação da inclusão escolar no Brasil. Dessa maneira, conclui-se que a democratização da educação exige investimentos contínuos, fortalecimento das políticas públicas, valorização dos profissionais da educação e desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, a diversidade e a transformação social.

A tabela 3 expõe as dimensões encontradas nos artigos, bem como suas frequências relativas e absolutas.

Tabela 3. Cálculo da frequência absoluta e relativa das dimensões encontradas nos estudos

Dimensões temáticas identificadas no estudo	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa
Inclusão escolar e democratização do acesso à educação	5	1,0
Permanência escolar e redução da evasão	4	0,8
Formação docente para práticas inclusivas	4	0,8
Infraestrutura e acessibilidade escolar	3	0,6
Políticas públicas de equidade social e diversidade	5	1,0
Gestão escolar democrática e participação social	3	0,6
Desigualdades socioeconômicas e vulnerabilidade educacional	4	0,8

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A análise das dimensões temáticas identificadas na revisão integrativa demonstra que a inclusão escolar e a democratização do acesso à educação estiveram presentes em todos os estudos analisados, apresentando frequência absoluta de 5 e frequência relativa de 1,0. Esse índice revela que a totalidade das produções científicas selecionadas

reconhece a inclusão como eixo central das políticas públicas educacionais contemporâneas. Os autores analisados convergem ao afirmar que a democratização da educação ultrapassa a ampliação do número de matrículas, envolvendo também a garantia de condições adequadas de aprendizagem e participação dos estudantes no ambiente escolar.

Observa-se que a elevada incidência dessa dimensão evidencia a consolidação da inclusão escolar como prioridade nos debates acadêmicos e institucionais relacionados à educação brasileira. O índice relativo de 1,0 demonstra consenso entre os pesquisadores acerca da importância de políticas públicas comprometidas com a equidade educacional. Tal resultado reforça a compreensão de que a inclusão passou a ser reconhecida como elemento indispensável para a efetivação do direito à educação e para o enfrentamento das desigualdades sociais historicamente presentes no país.

Além disso, os resultados apontam que a dimensão “políticas públicas de equidade social e diversidade” também apresentou frequência absoluta de 5 e frequência relativa de 1,0, estando presente em todos os artigos analisados. Esse dado evidencia que os pesquisadores consideram a valorização da diversidade e o combate às desigualdades sociais fatores fundamentais para a construção de sistemas educacionais mais democráticos. Os estudos demonstram que as políticas inclusivas devem contemplar diferentes grupos sociais, considerando aspectos relacionados à raça, deficiência, vulnerabilidade econômica e diversidade cultural.

Nesse contexto, os índices encontrados revelam que a promoção da equidade educacional constitui preocupação permanente nas produções científicas recentes. Os autores destacam que a democratização do ensino depende diretamente da implementação de políticas públicas capazes de reduzir desigualdades históricas e ampliar oportunidades educacionais para grupos socialmente marginalizados. Dessa maneira, a frequência relativa máxima observada nessa dimensão reforça a centralidade das discussões sobre justiça social no campo educacional.

A dimensão relacionada à permanência escolar e redução da evasão apresentou frequência absoluta de 4 e frequência relativa de 0,8, indicando elevada presença nos estudos selecionados. Esse resultado demonstra que a maioria das pesquisas reconhece a evasão escolar como importante obstáculo à democratização da educação. Os autores enfatizam que muitos estudantes conseguem ingressar no sistema educacional, porém

enfrentam dificuldades para permanecer na escola devido a fatores econômicos, sociais e institucionais.

Os índices obtidos nessa dimensão revelam que a permanência escolar tem sido compreendida como componente essencial das políticas inclusivas. Os estudos analisados apontam que estratégias de assistência estudantil, acompanhamento pedagógico e fortalecimento do vínculo entre escola e estudante são fundamentais para reduzir índices de abandono escolar. A frequência relativa de 0,8 demonstra forte preocupação dos pesquisadores com a necessidade de garantir não apenas o acesso, mas também a continuidade da trajetória educacional.

No que se refere à formação docente para práticas inclusivas, os resultados também indicaram frequência absoluta de 4 e frequência relativa de 0,8. Esse dado demonstra que a maioria dos autores considera a preparação dos profissionais da educação elemento indispensável para a efetivação da inclusão escolar. As pesquisas analisadas evidenciam que muitos professores ainda enfrentam dificuldades relacionadas ao atendimento das diferentes necessidades presentes em sala de aula.

A elevada frequência observada nessa dimensão evidencia que os pesquisadores reconhecem a formação continuada como instrumento estratégico para fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas. Os estudos apontam que docentes capacitados apresentam maior segurança para desenvolver metodologias flexíveis, promover acessibilidade pedagógica e estimular participação ativa dos estudantes. Assim, o índice relativo de 0,8 reforça a relevância atribuída à qualificação profissional no contexto das políticas públicas educacionais.

Outra dimensão que apresentou frequência significativa foi “desigualdades socioeconômicas e vulnerabilidade educacional”, com frequência absoluta de 4 e relativa de 0,8. Esse resultado demonstra que os autores reconhecem a influência das condições socioeconômicas sobre o acesso, permanência e desempenho escolar dos estudantes. As pesquisas analisadas evidenciam que fatores relacionados à pobreza, exclusão social e ausência de recursos básicos impactam diretamente a qualidade da trajetória educacional.

Os índices observados nessa dimensão revelam que a vulnerabilidade social permanece como importante desafio para a democratização da educação no Brasil. Os autores destacam que estudantes em situação de pobreza frequentemente enfrentam dificuldades relacionadas ao transporte escolar, alimentação, acesso à tecnologia e condições adequadas de estudo. Dessa maneira, a frequência relativa de 0,8 evidencia

forte associação entre desigualdade social e exclusão educacional nas produções científicas analisadas.

A dimensão “infraestrutura e acessibilidade escolar” apresentou frequência absoluta de 3 e frequência relativa de 0,6, indicando presença moderada nos estudos incluídos na revisão. Embora o índice seja inferior às demais categorias centrais, os autores destacam que a estrutura física das instituições de ensino exerce influência significativa sobre a inclusão escolar. As pesquisas demonstram que muitas escolas brasileiras ainda apresentam limitações relacionadas à acessibilidade arquitetônica e disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados.

Mesmo apresentando frequência relativa de 0,6, os resultados demonstram que a infraestrutura escolar permanece como elemento relevante nas discussões sobre políticas públicas inclusivas. Os estudos apontam que ambientes inadequados dificultam a participação plena dos estudantes e comprometem o desenvolvimento de práticas pedagógicas acessíveis. Assim, os autores defendem maior investimento público na modernização das escolas e ampliação das condições estruturais voltadas à inclusão.

A gestão escolar democrática e participação social também apresentou frequência absoluta de 3 e frequência relativa de 0,6. Esse índice evidencia que parte significativa dos estudos reconhece a importância da participação coletiva na construção de ambientes educacionais inclusivos. Os autores argumentam que gestores escolares comprometidos com práticas democráticas favorecem o fortalecimento do diálogo entre professores, estudantes, famílias e comunidade.

Os resultados relacionados à gestão escolar demonstram que a democratização da educação depende não apenas de políticas governamentais, mas também da construção de relações institucionais participativas. As pesquisas analisadas indicam que escolas que valorizam processos democráticos apresentam maior capacidade de acolhimento e inclusão. Dessa forma, a frequência relativa de 0,6 evidencia que a gestão escolar representa importante componente para consolidação das políticas inclusivas.

De maneira geral, a distribuição das frequências demonstra predominância de dimensões relacionadas à inclusão, equidade e permanência escolar, evidenciando a centralidade dessas temáticas na produção científica contemporânea. Os índices relativos elevados encontrados em grande parte das categorias analisadas revelam consenso entre os autores acerca da necessidade de fortalecimento das políticas públicas educacionais voltadas à democratização do ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa evidenciam que as políticas públicas educacionais voltadas à inclusão escolar constituem um eixo estruturante para a consolidação da democratização do acesso e da permanência no sistema de ensino brasileiro. A análise integrativa dos estudos selecionados demonstrou que a inclusão não pode ser compreendida apenas como um princípio normativo, mas como um processo contínuo, complexo e multidimensional, que exige articulação entre dimensões pedagógicas, sociais, institucionais e políticas. Nesse sentido, os autores analisados convergem ao reconhecer que o direito à educação somente se materializa de forma plena quando há condições reais de participação e aprendizagem para todos os estudantes.

Verificou-se, ao longo da investigação, que os avanços normativos e legais representam conquistas significativas no campo educacional, especialmente após a Constituição Federal de 1988 e a consolidação de legislações específicas voltadas à educação inclusiva. No entanto, os estudos evidenciam que a distância entre o plano legal e a prática escolar ainda é expressiva, revelando fragilidades na implementação das políticas públicas. Essa discrepância demonstra que, embora o Brasil possua um arcabouço jurídico avançado, sua efetivação depende de investimentos contínuos, planejamento estratégico e compromisso político com a educação pública.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à permanência escolar, que se configura como um dos principais desafios contemporâneos da educação brasileira. Os autores analisados destacam que o acesso ao ensino não garante, por si só, a continuidade da trajetória escolar, uma vez que fatores socioeconômicos, culturais e institucionais influenciam diretamente os índices de evasão. Nesse contexto, políticas de assistência estudantil, apoio pedagógico e fortalecimento do vínculo escola-família surgem como estratégias fundamentais para reduzir desigualdades e assegurar a permanência dos estudantes.

Constatou-se também que a formação docente é um elemento central para a efetivação da inclusão escolar. Os estudos analisados apontam que muitos profissionais ainda não se sentem plenamente preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, o que compromete a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Dessa forma, a formação inicial e continuada dos professores deve ser compreendida

como prioridade das políticas públicas educacionais, uma vez que influencia diretamente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

No que se refere às condições estruturais das instituições de ensino, os resultados evidenciam que a infraestrutura escolar ainda representa um dos principais entraves para a inclusão educacional no Brasil. A ausência de acessibilidade arquitetônica, recursos tecnológicos adequados e materiais pedagógicos adaptados limita a participação efetiva de estudantes com deficiência e de outros grupos em situação de vulnerabilidade. Assim, torna-se imprescindível a ampliação dos investimentos públicos voltados à modernização e adequação das escolas.

A análise também demonstrou que a gestão escolar desempenha papel estratégico na consolidação de práticas inclusivas, especialmente quando pautada em princípios democráticos e participativos. Os estudos indicam que instituições que promovem diálogo entre gestores, professores, estudantes e comunidade apresentam melhores condições para desenvolver ações inclusivas mais efetivas. Nesse sentido, a gestão escolar deve ser compreendida como espaço de articulação e mediação das políticas públicas educacionais.

Outro ponto importante refere-se às desigualdades socioeconômicas, amplamente destacadas pelos autores como fator determinante para a exclusão educacional. A pesquisa evidenciou que estudantes em situação de vulnerabilidade enfrentam múltiplas barreiras que vão além do ambiente escolar, refletindo desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Dessa forma, a efetivação da inclusão educacional depende também de políticas sociais integradas que atuem de forma articulada com o setor educacional.

Os achados da pesquisa indicam ainda que a diversidade cultural, étnica e social deve ser reconhecida como elemento constitutivo das práticas pedagógicas. Os autores defendem que a escola precisa valorizar as diferentes identidades presentes no contexto educacional, promovendo o respeito às diferenças e o enfrentamento de práticas discriminatórias. Nesse sentido, a educação inclusiva deve estar alinhada à promoção dos direitos humanos e à construção de uma cultura escolar mais justa e democrática.

Ademais, observou-se que a inclusão escolar é fortemente impactada pela articulação intersetorial entre diferentes políticas públicas, especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social. Essa integração é fundamental para atender às múltiplas necessidades dos estudantes, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade.

A ausência de articulação entre esses setores compromete a efetividade das ações inclusivas e limita o alcance das políticas públicas educacionais.

Outro aspecto relevante evidenciado diz respeito ao papel da família no processo educacional. Os estudos indicam que o envolvimento familiar contribui significativamente para o desempenho e a permanência dos estudantes na escola. No entanto, barreiras socioeconômicas e institucionais muitas vezes dificultam essa participação, o que reforça a necessidade de políticas que fortaleçam a relação entre escola e comunidade.

Em síntese, os resultados desta pesquisa demonstram que, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, a inclusão escolar no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e sociais significativos. A efetivação das políticas públicas educacionais depende de investimentos consistentes, formação docente qualificada, melhoria da infraestrutura escolar e fortalecimento da gestão democrática. Além disso, exige compromisso contínuo do Estado e da sociedade com a promoção da equidade educacional.

Por fim, conclui-se que a democratização do acesso e permanência escolar constitui um processo em construção, que demanda ações integradas, planejamento de longo prazo e valorização da diversidade humana. As políticas públicas educacionais desempenham papel fundamental nesse processo, sendo indispensáveis para garantir não apenas o direito formal à educação, mas também condições reais de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes. Assim, reforça-se a necessidade de consolidação de uma educação inclusiva, equitativa e socialmente comprometida com a transformação das desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Francisca Melo; SANTOS, Márcio Gleide Cardoso dos. Políticas públicas para inclusão escolar: o que nos revela um estudo de caso. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 24, 2022. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2022.v24.31119>

ALMEIDA, O. C. S.; MENESES, P. P. M.; ZERBINI, T. Evasão em cursos à distância: fatores influenciadores. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n. 1, São Paulo, 2013.

AMARAL, A. B. *et al.* Fighting school evasion through process management: a case study at IFPI Parnaíba. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 11, p. e7789118670, 2020.

BARROSO, P. C. F.; OLIVEIRA, I. M.; NORONHA-SOUSA, D.; NORONHA, A.; MATEUS, C. C.; VÁZQUEZ-JUSTO, E.; COSTA-LOBO, C. Fatores de evasão no ensino superior: uma revisão de literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2022.

BRANCO, L. S. A.; CONTE, E.; HABOWSKI, A. C. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 1, 2020.

BRANCO, Yuguaciara Veloso Castelo. Ensino superior público e privado na Paraíba nos últimos 15 anos: reflexões sobre o acesso, a permanência e a conclusão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 52-72, mar. 2020.

CORNELIO, R. A.; VASCONCELOS, F. C. W.; GOULART, I. B. Educação a distância: uma análise estatística dos fatores relacionados à evasão e à permanência. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 9, n. 4, p. 26-44, 2016.

MACIEL, Lisandra Monteiro Cavalcanti; CARDOSO, Fernando da Silva. Os sentidos sobre a inclusão: uma análise das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência na educação brasileira, entre 1989 e 2021. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, v. 11, n. 2, 2023. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.31668/revsap.v11i2.12753>

MATOS, Welington de Andrade; MENEZES, Maria Aparecida de. Políticas públicas de inclusão escolar no Brasil: uma revisão literária de produções acadêmicas no período 2015/2019. **Revista Educação - UNG-Ser**, v. 16, n. 2, 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.33947/1980-6469-v16n2-4428>

NEPOMOCENO, Taiane Aparecida Ribeiro. Evolução das políticas públicas de inclusão escolar no Brasil: entre dilemas teóricos e pontos de tensão. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7918>

SILVA, Jacqueline Silva da; STEFFENS, Carine Rozane; PEREIRA, Rosiane Sousa. Políticas públicas educacionais que permeiam a prática pedagógica da Educação Infantil na perspectiva da Inclusão Escolar. **Ensino em Re-Vista**, v. 29, 2022.